

AOS TRABALHADORES NÃO DOCENTES DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO RECEBEU À FEDERAÇÃO

SE NADA FOR FEITO ATÉ AO FINAL DA LEGISLATURA SERÁ UMA OPORTUNIDADE PERDIDA

A Federação reuniu com Secretária de Estado Adjunta e da Educação (SEAE)

Nesta reunião a Federação considerou que o Ministério da Educação (ME) não tomou as medidas que resolvessem, de facto, os problemas que afetam a Escola Pública, como a da falta crónica de pessoal, optando pela manutenção do recurso sistemático à contratação precária a tempo completo ou parcial para o exercício funções de carácter permanente, numa clara violação da Lei. Sem deixar de avaliar positivamente pequenos passos, resultantes da luta dos trabalhadores.

FORAM DISCUTIDAS AS SEGUINTE QUESTÕES:

Falta de pessoal assistente técnico e assistente operacional

Nova Portaria de Rácios - A Federação deixou claro estar contra o adiamento da revisão de uma nova Portaria de Rácios anunciada pela SEAE para o momento em que a transferência de competências para as autarquias locais estivesse em "velocidade de cruzeiro" e exigiu que se avance já para a sua negociação por ser fundamental para a qualidade da Escola Pública e garantir o respeito dos direitos dos trabalhadores.

Exigiu também que aquela revisão para além de ter que ser imediata e tem de conduzir a rácios realistas e livre de garrotes orçamentais que nunca são colocados quando se trata de salvar bancos falidos com milhões, um facto que os trabalhadores não aceitam.

A SEAE continuou a tentar fugir a todos os argumentos válidos, afirmando que a atual portaria de rácios introduziu melhorias e admitindo que poderia ter mais alcance, mas foi a possível, e afirmou não existirem condições para proceder já à sua revisão.

Integração devida dos trabalhadores em situação precária

A Federação exigiu à SEAE o cumprimento de todos os compromissos assumidos procedendo de imediato à integração dos trabalhadores precários, 2550 assistentes operacionais que incredivelmente foram contratos a termo certo, quando o deveriam ter sido por tempo indeterminado porque já existia a nova portaria de rácios.

A SEAE fez um discurso que manifestou uma grande dificuldade em fugir à razão da Federação mas, sem ceder na posição política para os recursos humanos para a Administração Pública pessoal definida pelo governo, tentou convencer que a abertura de concurso para 1067 postos de trabalho é um passo importante para permitir a regularização de alguns trabalhadores.

Refutámos esta ideia, afirmando que estes 1067 postos de trabalho só poderia ser considerado um passo positivo se em simultâneo tivesse aberto concurso para a regularização devida aos precários e que, se esta opção do ME não for alterada, não vão entrar mais trabalhadores no sistema.

(Estes são os concursos que, por algumas irregularidades jurídicas, foram suspensos já que voltaram a abrir, mas obriga a quem já se candidatou ter que voltar a fazê-lo, podendo em simultâneo candidatar-se a concurso abertos em várias escolas).

E não aceitámos argumentos e exigimos que se ponha fim à contradição criada pelo facto de estar a decorrer o PREVPAP, só possível com o cumprimento do que é devido, integração de todos os trabalhadores precários, dos 2550 e dos milhares que foram contratos a termo parcial, porque todos estão a fazer funções de carácter permanente. Como comprova o facto da sua contratação não poder ultrapassar a Portaria de rácios que como a prática comprova é insuficiente.

REPOSIÇÃO DAS CARREIRAS ESPECÍFICAS

A Federação voltou a exigir rejeitando, mais uma vez, todos os argumentos para não fazer, reposição das carreiras especiais para os trabalhadores não docentes, pois só elas podem garantir a sua valorização funcional e salarial e assim contribuir para estabilização deste corpo profissional fundamental.

Tivemos a resposta esperada, a da inoportunidade para responder a esta reivindicação, sem deixar de dar razão à Federação, esta postura é mais uma prova de que este governo não quer mudar nada, porque o que estamos a exigir e a reposição de um direito conquistado com a luta dos trabalhadores num governo do PS.

Reafirmámos que a não resolução destes problemas, por opção do governo minoritário do PS, configurará uma oportunidade política perdida se ainda nesta legislatura não se fizer o que tem de ser feito porque pode, considerando o apoio que tem na Assembleia da República, nomeadamente a integração dos trabalhadores precários e a dotação dos mapas de pessoal com os postos de trabalho efetivamente necessários, entre outros.

Estamos em período de avaliação dos que no plano político estiveram do lado dos trabalhadores, vamos levar a luta ao voto nos próximos actos eleitorais para o Parlamento Europeu e Legislativas.

**A luta vai ter que continuar!
Sindicaliza-te! Contacta o teu Sindicato.**



Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte

Rua Vasco de Lobeira, 47/51
4249-009 Porto

tel 225574060
fax 225507257
email geral.porto@stfpsn.pt
site www.stfpsn.pt